

PROJETO DE PÓS-DOCTORADO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Título do Projeto:

**Urbanismo autoritário, austero e militarizado como governamentalidade de cidades
e territórios em colapso.**

Supervisor:

Paulo Eduardo Arantes

Candidato:

André Dal'Bó da Costa

andredalbo@usp.br

São Paulo, Março de 2020

Resumo

Os conflitos decorrentes das ocupações organizadas por movimentos sociais como meio de permanência de parte da população de menor, ou sem, renda nas cidades e nos territórios – é parte fundamental e constitutiva da história brasileira. Os casos de conflitos urbanos investigados durante as pesquisas de mestrado (2013) e doutorado (2019), sob a perspectiva da *produção neoliberal das cidades*, revelam, através da reconstituição analítica do cotidiano, parte relevante das características mais recentes da produção do espaço urbano nas cidades brasileiras, vistas de forma privilegiada sob a lupa do conflito entre diferentes atores, práticas, discursos e campos de legitimidade que se transformam e se reconfiguram diariamente. O presente projeto de pós-doutorado pretende dar continuidade às investigações realizadas ao longo dos últimos dez anos, agora buscando abordar também outras escalas territoriais a partir de uma problematização teórica capaz de compreender o reenquadramento do problema dos conflitos pela permanência nas cidades e territórios – e da produção do espaço – no recente contexto de disseminação global de governos com características populistas e autoritárias, que fazem uso de um renovado conjunto de práticas e dispositivos que parecem aliar a militarização do cotidiano, a promessa de securitização e a austeridade urbanística como bases para gestão das cidades, territórios e suas populações, conformando um renovado *urbanismo austero, militar e autoritário*, capaz de conduzir sociedades inseridas no colapso do horizonte normativo dos direitos sociais.

Assuntos: Urbanismo, Movimentos Sociais, Neoliberalismo, Periferia, Filosofia Política.

Considerações iniciais: novos governos autoritários à direita; militarização do cotidiano; urbanismo austero como prática de governo e isolamento da pobreza e do inimigo.

Os resultados das últimas eleições democráticas em todo o mundo parecem consolidar um novo ciclo de governos autoritários, populistas e reacionários como tendência crescente nas últimas duas décadas, trazendo definitivamente à cena a aceleração de velhas e renovadas formas de gestão e controle da população - no espaço urbano - através da maior vigilância e militarização do cotidiano.

Grosso modo, o sucesso de tais candidaturas eleitas com propostas e programas à extrema direita deriva, em grande medida, da captura de uma generalizada sensação de insegurança, incerteza e descrença da sociedade em relação às instituições e gestores do Estado. Em diversas partes do mundos, tal impressão difusa condicionou, na maioria dos eleitores, o convencimento pelo discurso de combate à corrupção (como promessa de limpeza e correção das instituições democráticas) e a aceitação das propostas de maior securitização das cidades através da maior repressão e controle das insurgências e dos perigos inimigos indesejados, produzindo daí uma reposta oportuna à expectativa popular ansiosa que parece se voltar ao resgate de um hipotético passado mais solidário e equilibrado: uma imagem passada de um modelo de cidade que talvez nunca tenha existido – ao menos no Brasil - mas hoje em colapso acelerado. Ao contrário de qualquer possibilidade de retorno, a ação destes governos recentes têm atuado, no entanto, por aprofundar e acelerar o quadro de colapso, dado que a mira se fixou justamente na direção oposta do horizonte moderno das garantias básicas, resultando na presente brutal aceleração de desconstrução das bases normativas e formais direcionadas à equidade na vida pública.

Como parte dos resultados mais recentes destes novos governos autoritários, já podemos observar em solo brasileiro – assim como em diversos outros países governados pela mesma onda –, a evidente tendência de ampliação e renovação das formas de controle, isolamento e eliminação das populações excedentes, através do aumento do encarceramento; do controle de fronteiras internacionais e intranacionais; do aumento da letalidade policial; da maior e mais violenta repressão aos protestos de

rua; da ampliação dos grupos classificados como inimigos ou perigosos ao público; da ampliação dos lugares, ruas e bairros classificados como perigosos; do exponencial uso de tecnologias de vigilância por linguagem de programação autônoma; da banalização - ainda maior - da violência em todos aspectos da vida; dos métodos de controle espacial através dos zoneamentos de securitização; dos planos de gestão e sistemas de inteligência da informação para cidades; e também através da expulsão contínua das populações mais pobres ou sem renda dos centros urbanos dotados de infraestruturas, serviços e empregos, sobretudo dos territórios que interessam imediatamente à reprodução do capital. Tomando tais eventos e práticas como sinais do tempo presente e pilares dos novos governos autoritários, poderíamos sustentar que, já um passo além das muito difundidas e padronizadas políticas públicas de gestão neoliberal, que dominaram o cenário público após a década de 1970, estaríamos agora vivenciando a conformação do predomínio da gestão pública baseada naquilo que poderíamos chamar de um novo *urbanismo austero e autoritário*, mas ainda neoliberal, que fundamentalmente opera cidades cada vez mais destituídas da dimensão da solidariedade e dos direitos sociais, e por isso libertas do projeto normativo da equidade social mínima baseada no investimento público – ainda que futuro e irrealizado.

Proposta de trabalho

No contexto apresentado, a presente proposta de pesquisa de pós-doutorado tem como expectativa investigar a situação recente das cidades e territórios brasileiros sob o enquadramento das práticas de um hipotético *urbanismo austero, militarizado e autoritário*, partindo de três questões amplas, a saber: quais atores, práticas e discursos tem contribuído para a consolidação de um novo *urbanismo austero, militarizado e autoritário* que se constitui como uma das bases fundamentais aos novos governos autoritários à direita? Como se articulam as forças em suas diferentes escalas espaciais (local, regional, global) compondo um novo eixo autoritário mundial baseado nas práticas de gestão securitária das cidades e dos territórios? Como a irreversível guinada à direita do autoritarismo global aprofunda o colapso do Estado social e das cidades pensadas sob o paradigma das sociedades modernas?

Partindo inicialmente dessas três perguntas generalistas, o projeto procura dar continuidade a pesquisa realizada no últimos dez anos – ao longo dos períodos de mestrado e doutorado –, dedicados a compreensão da *produção neoliberal do espaço* ensaiada a partir da reconstituição cotidiana de alguns conflitos de terra urbana em ocupações organizadas por movimentos sociais de luta por moradia.

Como método de trabalho proponho, em primeiro lugar, a continuidade do processo de levantamento e classificação de dados e informações diversas, para continuidade da *formação do arquivo de pesquisa* já existente sobre as ocupações de terra, como parte dos resultados do período de doutoramento. Este arquivo¹ constitui-se basicamente de relatos de campo baseados em visitas; entrevistas; leitura e organização de informações disponíveis na imprensa; e coleta e sistematização de documentos diversos originados nos Poderes Públicos, tais como os processos judiciais, atos normativos, legislações e decisões executivas. Com este primeiro esforço, pretendo continuar o acompanhamento da trajetória da *Ocupação Vila Soma*, antes objeto central da minha tese de doutorado. Espera-se que às descrições e análises deste

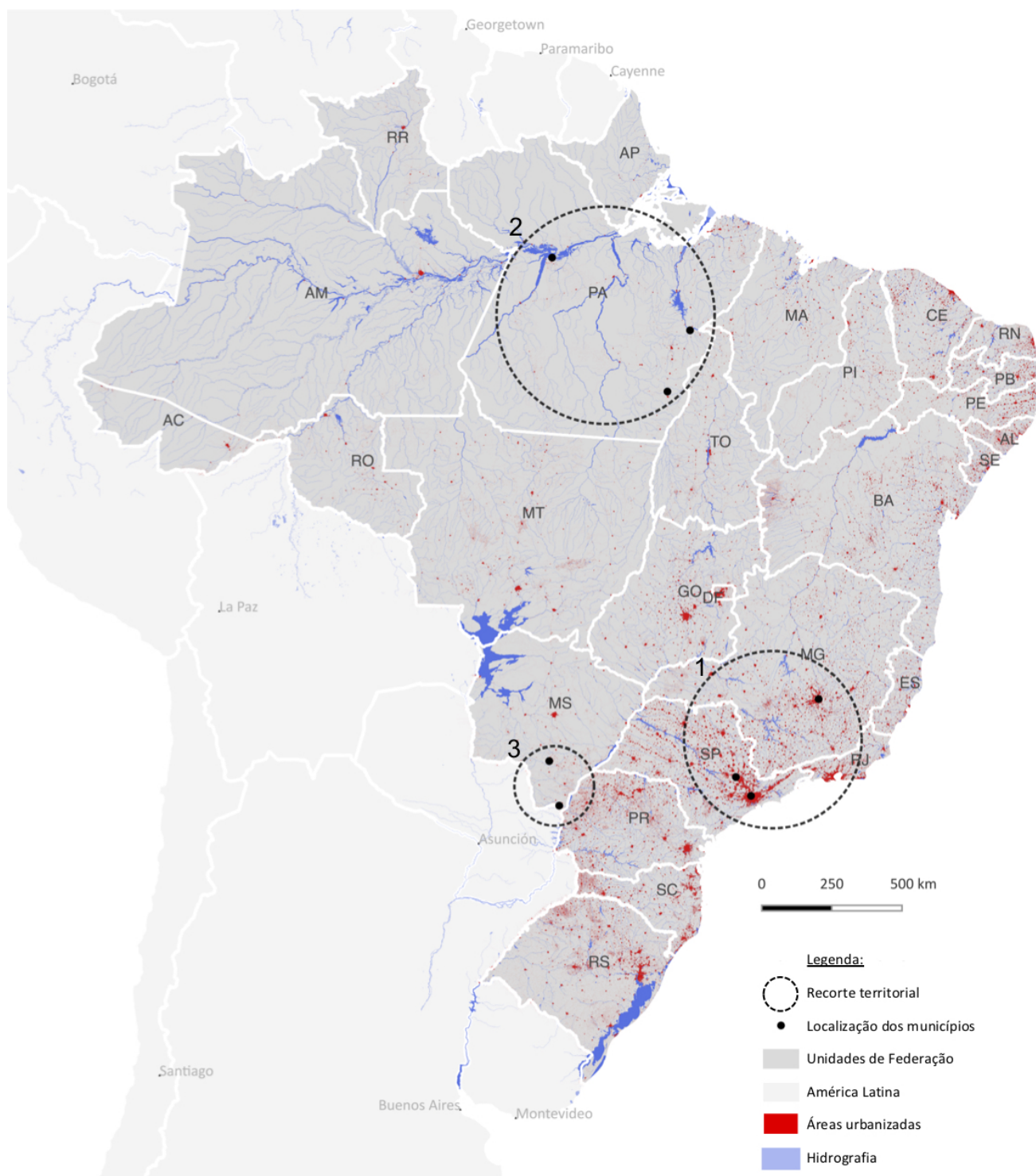
¹ O recorte dos documentos principais constantes no arquivo de pesquisa foi apresentado como anexo da Tese de Doutorado reunindo os principais documentos utilizados para composição da trajetória e análise dos conflitos.

conflito, no presente, possam trazer novos elementos que sirvam para contrastar as questões anteriormente elencadas nas diferentes escalas.

Como forma de expandir o repertório dos conflitos analisados, para além da dimensão urbano-metropolitana, a pesquisa propõe ainda a abordagem adicional – com menor nível de detalhamento – de mais três recortes/escalas territoriais, que servirão como referências de fundo, são eles: *Urbana metropolitana*, incluídas as ocupações Izidora (Belo Horizonte/MG) e Nova Palestina (São Paulo/SP), além da Vila Soma (São Paulo/SP); *Amazônia rural*, inclusos os conflitos de terra ocorridos recentemente nos municípios de Pau d'Arco, Marabá e Santarém, no estado do Pará; e *Indígena originária* nos municípios de Dourados e Japorã, no estado do Mato Grosso do Sul. Espera-se realizar ao menos uma visita de campo em cada um destes três diferentes territórios. O conjunto de conflitos selecionados, a princípio, deverá ampliar a leitura das formas possíveis das práticas utilizadas atualmente como governamentalidade baseada naquilo que estou nomeando como *Urbanismo autoritário, austero e militarizado*.

O mapa apresenta, na sequência, a localização dos recortes territoriais.

Mapa: localização dos recortes sugeridos para pesquisa



- 1 Urbano Metr pole: São Paulo/SP; Sumaré/SP e Belo Horizonte/MG
- 2 Rural Amazônia: Marabá/PA; Pau d'Arco/PA e Santarém/PA
- 3 Indígena originária: Dourados/MS e Japor /MS

7

Fonte de dados:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2018
 Open Street Maps 2020
 Comissão Pastoral da Terra (CPT) 2018

Feito com software livre QGIS 2.18.9
 André Dal'B  da Costa 2020

Em segundo lugar, pretendo levar o tema de investigação deste projeto ao debate dos grupos de pesquisa que participo atualmente: o *Groupe d'Études Sur le Neoliberalisme et Alternatives* (GENA), baseado no laboratório Sophiapol, na Université Paris Nanterre, que tem realizado sessões de debate e colóquios reunindo pesquisadores e professores de diferentes países; o Grupo de Estudos Sobre Neoliberalismo, baseado no Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP) que no momento prepara o 2º seminário sobre “Metamorfoses do neoliberalismo e emergências críticas”, e também na Rede Interdisciplinar de Pesquisadores, baseada no departamento de Sociologia (FFLCH/USP), que tem realizado anualmente sessões das oficinas de Práticas Utópicas.

Finalmente, em terceiro lugar - e como parte principal da proposta de pesquisa -, conjuntamente às demais atividades, pretendo mobilizar uma recente bibliografia de referência que dê conta da problematização teórica voltada à maior compreensão das práticas que conformam atualmente um *Urbanismo autoritário, austero e militarizado*, como governamentalidade para produção das cidades e dos territórios brasileiros inseridos no atual contexto social sob o colapso dos direitos e militarização da vida cotidiana.

*

Para execução do projeto de pós-doutorado ficam previstas as seguintes atividades, incluídas as atividades institucionais:

- Pesquisa de campo e ampliação do arquivo de pesquisa;
- Pesquisa bibliográfica;
- Oferta de curso de pós-graduação, na condição de co-ministrante na USP.
 - O curso oferecido deverá se relacionar diretamente ao tema da pesquisa de pós-doutorado, abordando ao menos parcialmente, a emergência da governamentalidade baseada no *Urbanismo autoritário, austero e militarizado*.
 - 2º semestre de 2020; 1º semestre de 2022 e 1º semestre de 2023
- Organização de eventos acadêmicos.
 - Organização de eventos na USP em parceria com o Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP); Laboratoire Sphiapol Université Paris-Nanterre e Rede Interdisciplinar de Pesquisadores (FFLCH-USP);
 - 2020, 2022 e 2023
- Conferências e participação em eventos temáticos diversos durante a vigência do projeto de pós-doutorado;
 - ao longo de todo o projeto
- Período de pesquisa no exterior;
- Publicação de resultados da pesquisa;

Cronograma geral de pesquisa:

Ano/ Semestre	2020		2021		2022		2023		2024	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Pesquisa de campo, construção de arquivo de pesquisa										
Pesquisa bibliográfica										
Oferta de disciplina na Pós-Graduação;										
Organização de eventos acadêmicos na USP										
Participação em eventos acadêmicos										
Período de pesquisa no exterior;										
Laboratoire Sphiapol – Université de Paris Nanterre / Groupe d’Études Sur le Néolibéralisme et Alternatives (GENA) – Paris/França										
Publicação de resultados da pesquisa										

(*) Atividades Institucionais

Notas do arquivo de pesquisa em atualização.

Da luta por direitos à servidão financeira: o campo de conflito social se desloca do público para o privado; implosão do coletivo político; dos direitos à relação privada com risco controlado.

O conflito da Vila Soma analisado durante minha tese de doutorado (DAL'BÓ 2019) adentrou um novo período desde julho de 2019, mês que data a assinatura do acordo contratual entre a Associação dos Moradores da Vila Soma e a FEMA4, empresa especializada em transações de títulos financeiros imobiliários de alto risco e na recuperação de dívidas de longa data, autodenominada como uma empresa da área de “Distressed Real Estate”, método utilizado para arrematar o terreno ocupado pela Vila Soma durante o leilão judicial decorrente do processo de falência da antiga indústria proprietária do terreno. Após a homologação do leilão judicial, o acordo de compra e venda foi formalizado em um contrato privado que tem como objetivo principal regulamentar a compra do terreno pelas famílias de forma individualizada, isentando o Estado de suas obrigações legais para controle e parcelamento do solo urbano, minimizando os riscos da empresa vencedora do leilão e, em contrapartida, delegando todas as famílias ocupantes agora isoladas em sua individualidade. O referido contrato prevê o pagamento parcelado do terreno ocupado através de boletos individuais e mensais, totalizando aproximadamente 2.800 crediários vinculados à diferentes CPFs. Cada família deverá pagar parcelas ao longo dos próximos 15 a 20 anos, com isso individualizando o risco de perda do imóvel à escala da unidade habitacional de cada família no caso de inadimplência - implodindo com isso o coletivo político de resistência construído nos últimos 7 anos de luta pela permanência no terreno ocupado.

Ressalta-se que a remoção da Vila Soma até o momento da assinatura do contrato de compra e venda do terreno, firmado em julho de 2019, dependeria de uma ação de reintegração de posse e de uma complexa operação policial com uso de força direta – destaque que o movimento social, entre 2012 e 2016, soube resistir bravamente aos doze mandados de reintegração de posse produzindo inclusive uma decisão inédita do Superior Tribunal Federal na história dos conflitos urbanos brasileiros – porém agora,

após o contrato firmado, basta que uma família pagadora atinja o percentual máximo permitido de inadimplência para perder imediatamente seu terreno, sem direito a qualquer tipo de ressarcimento das parcelas pagas e nem do imóvel construído. De fato, algumas famílias já deixaram a ocupação desde a assinatura do contrato, seja por antever a incapacidade de pagamento mensal das parcelas, seja pela necessidade de obter dinheiro rápido utilizado para diversos fins, como por exemplo quitar dívidas com agiotas, para adiantar o processo de algum familiar encarcerado, para realizar um desejo anterior de consumo realizável por um soma inédita de dinheiro, ou ainda para sair da Vila Soma e voltar a viver de aluguel em algum outro local da periferia da cidade - destaca-se ainda que a maior parte dos imóveis vendidos no primeiro momento de evasão pós-contrato, foram trocados por valores irrisórios.

Nesse sentido é relevante destacar que a operação de contrato privado deslocou definitivamente o conflito do campo orientado pela esfera pública (leis e direitos) passando-o à esfera privada contratual entre duas pessoas de natureza jurídica privada (livre acordo entre duas partes) no caso, a Associação da Vila Soma e a Empresa FEMA4. Compõem-se portanto neste ato um deslizamento fundamental de uma relação social baseada na normatividade do direito público para o privado, ou ainda, a mudança normativa dos direitos elementares constitucionais básicos para uma relação direta de mercado sem intermediação estatal. Em outras palavras, a produção de cidade para população de baixa renda constitui-se nesse momento sem qualquer promessa de comprometimento do investimento público via Estado, mas agora – o que é novo - com a chancela dos Poderes Públicos Judiciário e Legislativo, uma vez que tanto o Tribunal de Justiça² quanto à última legislação nacional sobre a Regularização Fundiária³ atestam a normalidade da relação, conformado na prática o *Urbanismo Austero*.

O novo arranjo contratual preservou portanto, e em primeiro lugar, o interesse dos novos “donos” da Vila Soma, garantindo o preço de venda do terreno (R\$ 60.000.000,00) transferindo o risco da relação de compra e venda para as famílias,

² Segundo pareceres dos processos nº 4003957-21.2013.8.26.0604 e 000031-09.1990.8.26.0604, 1ª e 2ª Vara Cível da Comarca de Sumaré, Tribunal de Justiça de São Paulo.

³ Lei Federal 13.465 de 2017

individualmente. À ocupação, agora destituída do coletivo político como força de defesa para permanência no terreno ocupado, resta - pagar o boleto. Endividamento e riscos assumem-se aqui como dispositivos de governamentalidade, elementos já muito discutidos na literatura sobre o neoliberalismo, mas aqui porém, eles são também meios de relação orientados e chancelados pelo Estado, que neste ato isenta-se definitivamente do investimento público na produção das cidades. O mesmo princípio será também base de novas relações diárias para acesso aos serviços básicos (água, energia, segurança, entre outros) consistindo daí alguma novidade no contexto de colapso do investimento público para produção das cidades. A Vila Soma está, portanto, muito bem situada no campo do tempo presente: diminuição acentuada de garantias constitucionais; maior capacidade de gestão de riscos na garantia da acumulação privada; desregulamentação acentuada das regras urbanas; e austeridade urbanística com a retirada dos investimentos públicos das funções básicas das cidades – e por isso constitui-se ainda como objeto pertinente para análise da condição presente das cidades.

Vende-se expectativa de cidade com alto risco; a hipotética regularização fundiária em função da acumulação privada; o Estado sai da cena; zerando o investimento público; regularização fundiária sem urbano e sem garantia de permanência.

A presente situação da ocupação Vila Soma ilustra uma inovação no conceito e na prática da Regularização Fundiária Urbana, no atual contexto das práticas do urbanismo austero: até a publicação da nova legislação nacional da Regularização Fundiária em 2017, eram fatores determinantes para a regularização de uma área qualquer, em primeiro lugar, a segurança de posse dos ocupantes, a garantia da implantação das infraestruturas essenciais (energia elétrica, rede de distribuição de água, rede de coleta de esgoto, drenagem, guias, pavimentação, sinalização dos logradouros, etc.) e o planejamento dos serviços urbanos básicos (transporte, equipamentos de saúde, educação, etc.), para que somente no segundo momento, os ocupantes obtivessem a documentação oficial garantindo-lhes a escrituração de posse ou a propriedade.

No atual processo de regularização da Vila Soma esta operação foi invertida. Em primeiro lugar garantiu-se juridicamente a relação de compra e venda do terreno, como relação contratual privada chancelada pelos Poderes Judiciário e Legislativo. Somente após o início dos pagamentos, iniciaram-se os levantamentos técnicos e cadastrais para pré-divisão do terreno em lotes, vinculando o tamanho da área individualizada ao tamanho da parcela paga por cada CPF, com a conjunta emissão de um documento formal garantindo a posse do imóvel parcelado por família. As infraestruturas e serviços básico, antes elementos fundamentais e condicionantes do processo de Regularização Fundiária, serão agora tratados como fatores de segunda importância.

No atual processo, a transação financeira entre as famílias e os proprietários do terreno, com pagamento de aproximadamente 2.800 boletos mensais, totalizando o preço variável mensal de 500 a 700 mil reais, diretamente pagos aos novos proprietários do terreno e sem intermediação estatal, precedeu a hipotética consolidação de “garantia burocrática” com emissão de projetos e certidões individualizadas de posse.

Considerando somente esses pontos, é possível afirmar o processo de Regularização Fundiária da Vila Soma na sua atual forma não garante a segurança da posse, já que a muito provável inadimplência determinará a perda da casa para muitos; também não garante a urbanidade, pois até o momento não existe qualquer garantia de financiamento público, ou de outra fonte, para instalação das infraestruturas e serviços básicos. O produto socioespacial deste processo é a legalização e a mercantilização de um espaço altamente precário – ressalta-se que até o momento não existe nem mesmo distribuição de água encanada – e a sua transformação em mercadoria de alto risco, e de altíssima margem de lucro, com aval da burocracia estatal.

De um lado, a população excedente, bons pagadores do crediário e alicerces do sucesso da recente financeirização do varejo brasileiro. Do outro lado, uma empresa multimilionária garantindo lucros de altíssima monta em percentuais inéditos em tempos de quedas da margem de lucro rentista patrimonialista e da renda fixa ancorada na dívida pública. No meio, um Estado promíscuo e mediador burocrático da

relação comercial privada, isento do investimento público e da promoção da garantia dos direitos básicos.

No colapso da cidade, mercados locais assumem as funções dos serviços essenciais à vida cotidiana.

As dez mil pessoas que habitam a Vila Soma atualmente abastecem seus domicílios diariamente com serviços e infraestruturas não oficiais, precárias e improvisadas, todas elas fornecidas por uma rede de prestadores de serviços clandestinos. A água é fornecida por Caminhão Pipa. A energia elétrica através dos gatos, com cobrança pelos serviços de manutenção das redes e iluminação pública improvisada. Também existe uma tarifa para recolhimento do lixo, já que o caminhão de coleta pública não adentra o terreno com área total de 1km². Da mesma maneira, muitos outros pequenos serviços diários formam suas redes locais, com preços equivalentes ou superiores aos dos serviços públicos oficiais: uma espécie de ensaio do arranjo possível para os serviços de amanhã com gestão privada com custos altos.

Como traço da precariedade, destaca-se que a inadimplência no pagamento destes serviços podem também – no caso da Vila Soma - acarretar numa série de reações violentas por parte dos prestadores de serviço, e no limite, na expulsão dos moradores de suas casas. Deste modo, as relações de solidariedade tendem a ser minadas, pouco a pouco, de cima pra baixo e de baixo pra cima.

O quadro de relações anteriormente descrito pode ser o exemplo de um ensaio para, num primeiro momento, a normatização miliciana do cotidiano precário em solo paulista, e no segundo momento, para o futuro da gestão dos serviços e infraestruturas públicas das cidades, já em atual processo de migração para os moldes financeiros e globalizados. Resta investigar quais os cruzamentos possíveis, quais atores, e sobretudo quais aportes teóricos podem trazer sustentação ao maior entendimento do presente de nossas cidades, em grande medida imersas no cotidiano de vida precária que se produz no limite do colapso dos modelos da civilidade mais básica.

Bibliografia básica

- ARANTES, P. *O Novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARENDRT, H. *Eichman em Jerusalém*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999
- _____. *Da Violência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- _____. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Forense Universitária, 2010.
- ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- BARROS, J. DAL'BÓ DA COSTA, e RIZEK, C. *Os limites da acumulação, movimentos e resistências nos territórios*. São Carlos: IAU USP, 2018.
- BENTHAM, J. *The Panopticon Writings*. London: Verso, 1995.
- BOGAERT, K. *Globalized Globalized Authoritarianism: Megaprojects, Slums, and Class Relations in Urban Morocco*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018
- DAL'BÓ, A. *Luta social e a produção neoliberal do espaço*. Tese de doutorado, IAU-USP São Carlos, 2019.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. *La nouvelle raison du monde: Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découvert, 2009.
- _____. *Commun: Essai sur la révolution au XXIème Siècle*. Paris: La Découvert/Poche, 2014.
- _____. *Ce cauchemar qui n'en finit pas: comment le néolibéralisme défait la démocratie*. Paris: La Découvert, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris : Gallimard, 1993.
- _____. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-1979) Paris : EHESS Gallimard Seuil, 2004.
- _____. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France (1977-1978) Paris : EHESS Gallimard Seuil, 2004
- _____. *Du gouvernement des vivants*. Cours au Collège de France (1979-1980) Paris : EHESS Gallimard Seuil, 2012
- GRAHAM, S. *Cidades sitiadas. O novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JENSS, A. *Authoritarian Neoliberal Rescaling in Latin America: Urban in/Security and Austerity in Oaxaca*, Globalizations 16(3): 304-319. 2019
- LAVAL, C. *L'homme économique, essai sur les racines du néolibéralisme*. Paris: Tel Gallimard, 2017.
- MBEMBE A. *Brutalisme*. Paris: La Découvert, 2020.
- OTA, N. *O formalismo normativo: poder como linguagem e vida*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH Universidade de São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, C. *Crítica à razão dualista e o Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003
- OLIVEIRA, C. e RIZEK, C. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007
- SAUVÊTRE, P. *Populisme libertarien et gouvernementalité brutaliste*. Table Ronde. La nouvelle gouvernementalité néolibérale hyperautoritaire. Paris, CNAM, 2019.
- SCHUETZE, B. *Promoting Democracy, Enforcing Authoritarianism: US and European Policy in Jordan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019
- WEIZMAN, E. *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. Third and updated edition Verso, London, 2017.